

**73.ª REUNIÃO PÚBLICA,
DA CÂMARA MUNICIPAL DO PORTO
REALIZADA EM 30 DE NOVEMBRO DE 2020
ÀS 10 HORAS**

PRESENTES:

- Rui de Carvalho de Araújo Moreira;
- Filipe Manuel Ventura Camões de Almeida Araújo;
- Ana Catarina da Rocha Araújo;
- Ricardo Miguel Araújo Cardoso Valente;
- Albino Pedro Pereira Baganha;
- Cristina Mafalda Nieto Guimarães Pimentel;
- Fernando Paulo Ribeiro de Sousa;
- Manuel Francisco Pizarro de Sampaio e Castro;
- Fernanda Perpétua Rodrigues;
- Odete Maria Alves Silva Patrício;
- José Luís da Costa Catarino;
- Álvaro Fernando Santos Almeida;
- Maria Ilda da Costa Figueiredo.

Secretariou a reunião a Técnica Superior, Márcia Monteiro.

O Senhor Presidente deu início à reunião propondo ouvir a munícipe inscrita para intervir.

Os Senhores Vereadores presentes concordaram com a proposta do Senhor Presidente.

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DOS MUNÍCIPES

1. Hermínia Maria Lopes da Silva Teixeira

Pedido de transferência de habitação social

A Senhora D. Hermínia Teixeira é uma antiga moradora do bairro do Aleixo à qual foi proposta uma casa na Pasteleira Velha, que recusou, tendo ido para Francos.

Pediu ao Senhor Presidente se lhe podia aceitar o pedido de transferência devido ao seu filho ter

transtorno obsessivo-compulsivo, problemas mentais e também devido a estar a tomar conta da sua mãe que não se pode movimentar e habita na zona do Lordelo.

O Senhor Presidente questionou se na altura foram propostas habitações à Senhora D. Hermínia Teixeira.

A Senhora D. Hermínia Teixeira disse que lhe foi atribuída uma habitação na Pasteleira Velha que recusou, tendo optado por Francos por considerar que, na altura, teria melhores condições.

O Senhor Vereador Fernando Paulo disse que foram propostas duas habitações à Senhora D. Hermínia Teixeira, em 2019, na freguesia de Lordelo do Ouro e Massarelos, que não aceitou. Referiu não ser possível aceitar neste momento o pedido de transferência pois todas as habitações foram entregues devidamente remodeladas e devido à enorme lista de espera, não se poderá estar a alterar pedidos de transferência.

A Senhora D. Hermínia Teixeira referiu que justificou na altura o porquê de não querer aquela casa.

O Senhor Presidente disse que nesta altura não tem possibilidades de fazer transferência em função da conveniência da Senhora D. Hermínia Teixeira, que compreende.

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

Recomendação - Classificação do Monumento aos Heróis da Guerra Peninsular.

O Senhor Presidente disse que há uma recomendação da CDU sobre o monumento aos Heróis da Grande Guerra.

Indicou que a Recomendação propõe recomendar a classificação como monumento de interesse municipal.

A Senhora Vereadora Ilda Figueiredo disse que esta proposta surge na sequência de alguma admiração, da sua parte, quando soube que o monumento em causa não estava classificado, nem sequer como imóvel de interesse municipal.

Considerou que é um monumento significativo para a cidade, não só pelo valor dos escultores e arquitetos que trabalharam na sua elaboração, como pelo impacto visual e a importância que tem para quem visita a cidade do Porto.

Pela sua grandiosidade artística, acha que deveria ser classificado.

O Senhor Vereador Pedro Baganha disse que não tem nada contra a substância da Recomendação; relativamente à forma, clarificou que o procedimento de classificação obedece a uma tramitação específica estipulada no Decreto-Lei n.º 309/2009.

Explicou que pode ser iniciado por qualquer pessoa ou entidade, em requerimento endereçado à DGPC – Direção Geral do Património Cultural ou à CMP – Câmara Municipal do Porto.

Referiu que esse requerimento deve ser no sentido de se iniciarem os procedimentos de classificação e não a classificação estrita pois ainda não está cumprida toda a tramitação que requer um parecer específico da DGPC, um conjunto de informações técnicas e também a classificação por parte da CMP.

Referiu que o segundo ponto é um pouco redundante pois estes procedimentos de classificação municipal, carecem de um parecer da DGPC, que vem atestar se o valor é apenas concelhio ou nacional; caso conclua que é nacional, avocam o processo e corre a tramitação através da DGPC

O Senhor Presidente sugeriu que a designação fosse alterada para "Início ao procedimento de classificação".

A Senhora Vereadora Ilda Figueiredo afirmou que o objetivo é que a classificação se venha a concretizar.

Quis tornar claro que o monumento tem importância municipal mas também tem importância nacional.

Está de acordo com a alteração da designação.

O Senhor Vereador Pedro Baganha indicou que a sugestão é simples, referindo que "a CDU em reunião de Câmara Municipal do Porto de 30 de novembro propõe recomendar o início do processo de classificação...", ficando formalmente garantido que não há qualquer confusão e que não se está já a classificar.

O Senhor Presidente disse que se estiverem de acordo, se procederá à votação nestes termos da Recomendação.

O Senhor Vereador Álvaro Almeida referiu que lhe parece que esta é uma boa proposta da Senhora Vereadora Ilda Figueiredo.

Reforçou a importância do imóvel porque foi ver a exposição relativa à região Norte e ao Porto, onde o monumento em questão tem um papel de destaque que prova a sua importância.

Aprovada, por unanimidade.

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1. Autorização da redução em 50% do valor das rendas devidas pelos arrendatários de espaços comerciais geridos pela Domus Social.

O Senhor Vereador Manuel Pizarro afirmou que votarão favoravelmente a proposta.

Questionou se durante este período a DomusSocial fez, à semelhança do primeiro período do estado de emergência em março, abril e maio, uma moratória para os despejos, se tenciona fazê-la e se tem algum procedimento próprio.

Considerou que se justificava que fosse tomada uma orientação de, até 31 de março, interromper esse processo durante o período do estado pandémico, reconhecendo que este período cria uma especial fragilidade a pessoas que, independentemente da justificação que possa haver para o despejo, ficam numa situação com a qual é impossível lidar, tendo que arranjar uma alternativa habitacional nesta fase.

O Senhor Vereador Fernando Paulo disse que o Governo prorrogou a suspensão dos despejos até 31 de dezembro e têm cumprido escrupulosamente essa questão.

Referiu que outra questão são as ocupações abusivas, situações em que há o falecimento do agregado e que a casa está desocupada.

O Senhor Vereador Álvaro Almeida disse que votará a favor.

Considerou que é uma boa medida porque, como tendo vindo a discutir desde março, há muitas empresas na cidade do Porto a atravessar dificuldades e uma medida como redução de rendas de 50% nos espaços comerciais geridos pela DomusSocial é uma medida positiva.

No entanto, levanta outras questões. Afirmou que se está a apoiar algumas empresas comerciais e comerciantes, que são aqueles que têm os seus negócios em imóveis da CMP ou das empresas municipais, e são deixados de fora todos os outros que têm imóveis privados.

Por uma questão de equidade, considera que se deveria pensar em medidas de apoio aos outros.

O Senhor Presidente disse que é evidente que a atuação que têm tido é relativa àqueles que são inquilinos municipais em que se colocam na posição solidária de senhorio.

Sabe que por proposta do PSD no Parlamento foi aprovada uma medida relativamente aos arrendamentos nos centros comerciais que vai no mesmo sentido.

Uma questão diferente são outras medidas que irão anunciar em breve relativamente a apoio ao comércio, mas são de caráter diferente.

Indicou que tiveram reuniões com a Associação de Comerciantes do Porto, com quem estudaram medidas impulsionadoras do consumo no comércio de rua. Pediu ao Senhor Vereador Ricardo Valente para dar nota do consenso encontrado.

O Senhor Vereador Ricardo Valente disse que na questão das rendas, o Governo parece estar a estudar um programa de incentivos fiscais, que passa segundo parece por algo similar ao que foi feito em França e na Alemanha, do ponto de vista de uma repartição de risco entre proprietários e arrendatários.

Indicou que o Governo parece estar a propor uma redução da tributação sobre as rendas, através da isenção da taxa de retenção de IRS para as rendas e que esta isenção de 28% seja transformada em redução de renda no arrendatário.

Afirmou que o que trará à reunião do Executivo no dia 7 de dezembro é um programa de apoio ao comércio, em conjunto com a Ágora e a Associação de Comerciantes do Porto, que passa por apoiar diretamente o consumo nas lojas de rua na Cidade do Porto.

Constatou que a CMP vai, por um lado, apoiar com um voucher de consumo, para que as pessoas façam o consumo nas lojas de rua e, por outro lado, com um conjunto de campanhas de comunicação, apelando para que a Cidade do Porto se una para salvar o seu comércio.

O Senhor Presidente disse ainda que, por consenso com a Associação dos Comerciantes do Porto, uma das verbas que tinha sido atribuída no apoio da CMP para iluminação de natal, que será acesa proximamente, vai entrar na equação por decisão da Associação de Comerciantes.

Estão a pensar em distribuir, para comércio de rua com capacidade até 250 m², um conjunto de vouchers de desconto que o comerciante redime junto da CMP.

O Senhor Vereador Álvaro Almeida manifestou a sua satisfação por saber que já há algo a ser preparado; no entanto, questiona se nesse pacote está incluído o setor da restauração, que é fortemente afetado.

O Senhor Presidente disse que de momento não estão a incluir o setor da restauração.

Acredita que, ao libertar recursos na pessoa que vai fazer a compra, posteriormente pode usar esse desconto para esse efeito.

Referiu que fazer isto na restauração é mais difícil de montar, devido à questão do *takeaway*.

A Senhora Vereadora Ilda Figueiredo disse que considera a proposta em concreto mais do que justa, porque havia a convicção de que estava a ser praticada.

Indicou analisado o mapa e verificou que quer o caso da Senhora D. Rosa Maria Barbosa e o Senhor Carlos Manuel Leite da Rocha, os valores são mais elevados do que em outros casos; não sabendo qual é o critério, pediu alguns esclarecimentos.

O Senhor Vereador Fernando Paulo disse que não dispunha dessa informação neste momento, mas poderá recolher essa informação e transmitir na próxima reunião pois julga que este assunto está relacionado com hasta pública.

O Senhor Presidente disse que isto também acontece com os quiosques, em que há valores muito díspares, esclarecendo que tem a ver com as hastas públicas.

Indicou que há alguns contratos que estavam a chegar ao fim do prazo e estão a estender o prazo, atendendo à situação atual.

A Senhora Vereadora Ilda Figueiredo acredita que há medidas que têm de ser tomadas pelo Governo, sendo que já existem algumas a ser tomadas, seja por propostas de vários partidos, incluindo a CDU, que foram tidos em conta.

Considera que, para além de ser feito o apelo à população para que apoie o comércio da cidade, olhando o quadro novo, deve ser visto o que ainda pode ser feito pela CMP.

Aprovada, por unanimidade.

2. Ratificação da atualização tarifária do serviço de gestão de resíduos urbanos para 2021.

O Senhor Vereador Álvaro Almeida disse que esta proposta genericamente cumpre o que está previsto nos acordos e na Lei.

Refere isto pois é a primeira vez que acontece nos últimos 3 anos.

Concorda que as tarifas aumentem apenas em linha com a inflação prevista, mas não se deve esquecer que aumentam apenas de acordo com a taxa de inflação a partir de um nível que resulta de 2 anos em que cresceram acumulado na casa dos 20%.

Considera que o aumento proposto para 2021 seria razoável, se o ponto de partida não fosse excessivo, porque resulta de 2 anos de grandes aumentos.

Acrescentou que foi anunciado que a criação da empresa municipal do ambiente iria baixar os custos e se isso se verificasse era suposto que as tarifas crescessem menos do que com a inflação, algo que não se verificou.

Lembrou que a taxa turística foi justificada também como forma de partilhar os custos da limpeza urbana. Afirmou que a introdução da taxa turística deveria ter sido um fator que faria com que as tarifas baixassem em vez de subirem.

Tendo tudo em consideração, não achando que o aumento deste ano seja desproporcionado, irá abster-se nesta proposta.

A Senhora Vereadora Ilda Figueiredo disse que é conhecida a posição da CDU.

Discorda que haja aumentos, mesmo que justificados com base na ERSAR.

Considera que, tendo em conta a época atual e apesar do aumento não ser grande, não deve haver qualquer aumento.

Irà votar contra.

O Senhor Vice-Presidente Filipe Araújo recordou que quem define a taxa é o regulador. Indicou que não se deve esquecer que as tarifas de resíduos, quando assumiram em 2013 os destinos do Município, tinham cerca de 50% de cobertura dos gastos, sendo isso que cobria as tarifas em termos de atividade regulada.

Esclareceu que atividade regulada e atividade não-regulada são coisas distintas, em que a atividade não-regulada diz respeito à limpeza e não é isso que se discute neste ponto.

Quanto à atividade regulada, mencionou que o que importa refletir é que se manteve a tarifa, apenas se ajustou o índice de preço ao consumidor, que é algo normal e considera razoável.

Referiu que a Porto Ambiente é uma empresa municipal muito jovem e recebe este ano o selo de qualidade da ERSAR, o que atesta a sua eficácia quando há 7 entidades que recebem esse selo em 250 que operam no país. Este prémio avalia também a acessibilidade económica do serviço, ou seja, a tarifa aplicada ao Município, onde temos uma classificação muito boa.

Deixou os parabéns à empresa municipal pelo trabalho feito.

Aprovada, por maioria, com 1 abstenção do Senhor Vereador do PSD e com 1 voto contra da Senhora Vereadora da CDU.

O Senhor Vereador Álvaro Almeida disse que irá entregar uma Declaração de Voto no prazo máximo de 48 horas (Anexo I).

3. Apoios à Atividade Económica, Empresarial e Comercial - concessão de benefícios fiscais no ano 2021.

O Senhor Vereador Manuel Pizarro disse que irão votar a favor dos apoios, que envolvem uma perda de receita para a CMP de cerca de 500 mil euros durante o ano de 2021, de acordo com o enunciado da proposta.

Naturalmente, querem realçar que aguardam com expectativa um programa mais ambicioso de apoio à atividade económica da cidade neste contexto.

Vê de forma positiva o que foi anunciado em termos de apoio ao comércio mas acha que se deve procurar ir mais longe, até porque isso dá à CMP uma maior capacidade de reclamar do Governo que também vá mais longe.

O Senhor Vereador Álvaro Almeida disse que, desde março, que o PSD tem chamado a atenção para este problema.

Referiu que na altura em que o Executivo teve esta discussão, em abril ou maio, também se colocou a questão de saber se não se deveria ir mais longe nos apoios.

Acha que se deve ponderar o alargamento dos apoios, sem prejuízo da primeira linha de apoio a estas atividades vir da Administração Central, do Governo.

Voltou a chamar à atenção para as atividades ligadas à restauração pois a cidade do Porto, contra

a sua vontade, está muito dependente das atividades ligadas ao turismo e a restauração faz parte desse universo.

Apelou a que a CMP não deixe de estar atenta a esta questão e a ponderar sempre a possibilidade de alargar os apoios em função da evolução da situação.

O Senhor Presidente disse que a atividade económica, comercial e de restauração do Porto nunca viveu do consumo endógeno.

Disse que, por um conjunto de circunstâncias, o turismo veio trazer visitantes de mais longe.

Indicou que foi uma estratégia que, quer o Doutor Rui Rio, quer o atual Executivo, foi acompanhando e dotando a Cidade da capacidade para responder a essa procura.

Afirmou que não se pode ter a imaginação de ter uma Cidade com a economia do turismo que queremos sem turistas.

Enquanto não houver uma retoma nesta atividade, vai ser muito difícil garantir a sustentabilidade de um conjunto de negócios, da hotelaria, da restauração, do comércio e também de outras atividades conexas.

Afirmou que, ao contrário do que acontece noutros países, em Portugal a receita do IVA que resulta do consumo é praticamente exclusiva do Estado Central; portanto compete ao Estado Central, que durante muitos anos andou a cobrar o IVA, tomar as medidas fundamentais. Disse ser evidente que a CMP, depois de conhecer essas medidas, tomará as medidas suplementares que forem necessárias.

Considerou que, se for a CMP a dar os apoios, o Estado Central achará que no Porto não é necessário dar apoios.

Recordou ainda que se tem também a questão da descentralização, onde a CMP terá que ter grande prudência relativamente àquilo que são os recursos municipais. Considera que se deveria adiar a descentralização, sendo este um tempo em que poderá levar à falência dos municípios.

A Senhora Vereadora Ilda Figueiredo disse que no ponto anterior já adiantou duas ideias, que até o Senhor Presidente referiu.

Indicou que irá votar favoravelmente esta proposta, embora sabendo que não cobre todos os problemas, e por isso insiste que o Governo tem que ter em conta todo este problema no plano nacional, seja porque os municípios não têm condições para substituir pois não têm receitas suficientes e por outro lado, não criar ilhas no país.

O Senhor Presidente disse que nas atividades económicas, as Câmaras Municipais vão recolher receita à derrama e isso não se aplicará pois a maior parte das empresas não vão ter lucro.

Afirmou que este desequilíbrio do financiamento das autarquias em Portugal tem agora como consequência que os municípios estão muito aflitos e não têm instrumentos para solucionar a situação.

Considera que não se pode esperar que sejam os municípios a sustentar o grande apoio àquilo

que é o consumo.

Disse que esta crise tem uma particularidade diferente, que é surgir do lado da oferta e do lado do consumo.

Afirmou compreender também que é uma missão muito difícil.

Aprovada, por unanimidade.

4. Alteração ao Regulamento de Isenções de Impostos Municipais do Município do Porto.

O Senhor Presidente disse que as propostas 4, 5, 6, 7, 8 e 9 estão relacionados com o Orçamento Municipal e, portanto, considera conveniente discuti-las em conjunto, independentemente da obrigação de serem votadas em separado. Perguntou se estão todos de acordo com esta sugestão.

Os Senhores Vereadores concordaram com a discussão conjunta das propostas.

O Senhor Presidente pediu ao Senhor Diretor Municipal de Finanças e Património, Pedro Santos, para fazer um enquadramento do Orçamento.

O Senhor Diretor Municipal de Finanças e Património, Pedro Santos apresentou o Orçamento Municipal (Anexo II)

Disse que a preparação deste Orçamento teve em conta o quadro económico que se vive atualmente e foram também tidas em consideração as projeções económicas que constam da proposta de Orçamento de Estado para 2021.

Referiu-se à quebra do PIB em 8,5% em 2020, mas disse que se estima já uma recuperação do mesmo em 5,4% para 2021.

Disse que se estima que a taxa de desemprego aumente 8,7% em 2020, mas que se corrija em 2021 e que o seu crescimento seja de apenas 8,2%.

Afirmou que, para a preparação deste Orçamento, as orientações do Executivo assentaram na premissa de uma política orçamental contracíclica com um aumento do Orçamento; uma promoção do aumento do investimento; o recurso ao endividamento bancário; com medidas de estímulo à economia; com medidas de alívio fiscal às famílias; e também com um apoio às populações e famílias mais vulneráveis.

Sublinhou que o valor global do Orçamento é de 328,5 milhões de euros. Realçou o facto de o Orçamento ter crescido num quadro que é desfavorável em termos de receitas municipais.

Sublinhou que o Orçamento cresce 13,5 milhões de euros, mais 4,3%, sabendo que num conjunto de receitas, no caso dos impostos diretos, a previsão é de menos 4,8% relativamente a 2020.

Referiu que também para a receita municipal geral existe uma regra que resulta daquilo que resta

do POCAL. Explicou que essa regra é a do cálculo da receita municipal que estabelece um limite máximo de receita possível de inscrever no Orçamento. Acrescentou que esse limite máximo é uma média aritmética dos últimos 24 meses que antecedem a preparação do Orçamento. Afirmou que, ao contrário de anos anteriores, o Município reduziu em 15% o valor total que resultou do cálculo dessa média.

Afirmou que existe a componente das taxas, multas e outras penalidades, onde se insere a taxa turística, e a redução no conjunto dessas taxas acontece essencialmente por via da redução da taxa turística. Sublinhou que são menos 5 milhões de euros, ou seja, menos 42,6% relativamente ao Orçamento inicial de 2020.

Disse que, para acompanhar a orientação do Executivo no crescimento do Orçamento, foi necessário recorrer à capacidade de endividamento do Município. Explicou que a capacidade de endividamento do Município, no início do ano, rondava os 280 milhões de euros e ainda se aplicava a regra de os municípios só poderem utilizar anualmente 20% dessa capacidade. Referiu que o Município iniciou a contratação desse empréstimo, a sua adjudicação já foi concretizada e, portanto, o financiamento do Orçamento assentará também neste aumento de dívida bancária em mais 44,6 milhões de euros. Sublinhou que, além dos 56,5 milhões de euros que representa o novo empréstimo, o Município está a beneficiar de um empréstimo que contratualizou ainda em 2019 e que não teve uma utilização total até este momento.

Afirmou que no cômputo global do Orçamento vai ser possível gerar uma poupança corrente de 13,1 milhões de euros, que resulta da diferença entre as receitas correntes e as despesas correntes.

Referiu-se ao conjunto de medidas que fazem parte deste Orçamento e que seguiram as orientações do Executivo, tais como a isenção de taxas municipais da atividade económica; a redução de 50% das taxas urbanísticas (REURB); a redução de 50% das rendas não habitacionais em imóveis municipais; e a redução de mais 5% no IMI para habitação própria e permanente.

Disse que existem medidas, algumas delas já inscritas em orçamentos anteriores, mas reforçadas neste Orçamento tais como o Fundo de Emergência Social cuja dotação foi reforçada para 2,3 milhões de euros; o Fundo de Apoio ao Associativismo que mantém o apoio de 800 mil euros; o Programa de Redução Tarifária dos Transportes Públicos com 1,5 milhões de euros; o Porto com Sentido que vale no Orçamento Municipal 2,6 milhões de euros; o Porto de Tradição com uma verba de meio milhão de euros; e as juntas de freguesia que mantêm o valor global de 5 milhões de euros no Orçamento Municipal para 2021.

Deu nota de que constitui uma novidade neste Orçamento a inscrição de uma verba para um contrato a celebrar com a Empresa Municipal Águas do Porto na sequência da alteração dos estatutos, que vai integrar na Águas do Porto a gestão de energia. Acrescentou que este contrato terá uma verba aproximada de 1 milhão de euros.

Apresentou um quadro com o cômputo global das receitas que estão inscritas em Orçamento e o seu comportamento.

Referiu que os impostos diretos têm um decréscimo de 5,9 milhões de euros; e as taxas, multas e outras penalidades um decréscimo de 4,9%.

Registou um crescimento nas transferências correntes de 6,2 milhões de euros, sendo que este resulta, por um lado, das transferências previstas do Orçamento de Estado, mas o principal crescimento resulta da participação do Município no IRS.

Referiu que a "Venda de bens e serviços" aumenta 1,9 milhões de euros e este aumento está especialmente associado aquilo que resulta do Programa Porto com Sentido, uma vez que este tem uma componente de receita e uma componente de despesa, ou seja, o Município terá a componente de despesa enquanto arrendatário e, portanto, essa inscrição orçamental constará do orçamento da despesa, mas terá também a componente do subarrendamento que constitui receita municipal.

Quanto aos números das receitas correntes e das receitas de capital, disse que verificam que o peso das receitas correntes desce para aproximadamente 63% do Orçamento; crescendo significativamente a componente das receitas de capital, essencialmente pelos passivos financeiros, ou seja, pelo endividamento bancário.

Disse que nas receitas de capital está evidenciado o decréscimo de 30,7 milhões de euros em ativos financeiros. Referiu que o Município não previu, este ano, em Orçamento um conjunto de receitas ordinárias relacionado com a venda de ativos considerados não estratégicos. Deu como exemplo a venda de ações do Mercado Abastecedor do Porto. Acrescentou que, em Lei de Orçamento de Estado deste ano, foi dada a possibilidade aos municípios de poderem fazer a sua primeira revisão ao Orçamento, leia-se integração de saldo de gerência, sem ser no momento de prestação de contas, ou seja, os municípios passaram a ter a possibilidade de, no primeiro mês do ano, poderem integrar o saldo de gerência, o que dá ao Município a possibilidade de não recorrer à previsão da venda destes ativos considerados como não estratégicos.

Disse que o IMI vai ter uma redução de 1,2%, traduzindo já a medida de um aumento da taxa de redução da taxa em 5%. Referiu que no Imposto Único de Circulação estima-se uma quebra de 14,7%; no IMT uma quebra de 5,2%; e a Derrama com uma quebra de 8,5%. Explicou que a Derrama na cobrança em 2019 esteve fortemente influenciada por uma receita extraordinária de 10 milhões de euros de um processo que tinha já alguns anos e que foi resolvido judicialmente. Afirmou que as despesas correntes irão crescer 1,3 milhões de euros, ou seja, 0,7%; e as despesas de capital, onde se inclui o investimento, terão um crescimento de 9,9%, ou seja, 12,2 milhões de euros.

Registou nas despesas com pessoal uma redução de 2,5%, que se deve exclusivamente ao exercício orçamental que foi necessário fazer em que o Município tentou aproximar aquilo que eram as estimativas das despesas com pessoal àquilo que é o histórico da execução orçamental. Referiu que a aquisição de bens e serviços terá um decréscimo de aproximadamente 1 milhão de euros, menos 1,6%. Acrescentou que passarão a ter encargos com juros em função da utilização do empréstimo que começaram a fazer este ano.

Sublinhou que as transferências correntes crescerão 1,6 milhões de euros, 13,7%; e os subsídios crescerão 3,1 milhões de euros, sendo que no item dos subsídios se inserem os contratos com as empresas municipais aos quais estão associados os subsídios à exploração. Acrescentou que o contrato com a Empresa Municipal Águas do Porto insere-se neste item de subsídios, assim como o contrato-programa que será celebrado com a SRU – Porto Vivo.

Afirmou que nas despesas de capital o crescimento é significativo ao nível das aquisições de bens e capital, são mais 14,2 milhões de euros; e nos ativos financeiros há uma redução de 99,9%.

Referiu que o mapa de pessoal prevê 54 novos postos de trabalho, sendo que 30 postos são para reforço do pessoal não docente das escolas; 9 para a concretização de mobilidades intercarreiras; 8 para projetos no âmbito do Programa AIIA; 3 para o Museu da Cidade; 4 para reforçar dos Serviços Jurídicos, dos Serviços de Património e também do Departamento de Economia.

Referiu-se às despesas que estão inscritas no Orçamento distribuídas pelos objetivos estratégicos que fazem parte do Programa do Executivo. Realçou a “coesão e ação social” que tem um crescimento de 7,2%, ou seja, são mais 2,5 milhões de euros; o montante que está inscrito em Orçamento é de 36,9 milhões de euros.

Afirmou que a dotação para a Cultura é reforçada em 16,5%, ou seja, são mais 2,6 milhões de euros. Sublinhou que a Cultura passa a ter um peso de 5,5% no total do Orçamento.

Referiu que a Educação tem também a sua dotação reforçada em 9,5%, ou seja, mais 1,5 milhões de euros; o Desporto e Animação tem um reforço de 2,7 milhões de euros; a Mobilidade um reforço de 5,4 milhões de euros; e o Ambiente e Qualidade de Vida um reforço de 4,6 milhões de euros. Acrescentou que é na governança da Câmara, ou seja, naquilo que está relacionado com o funcionamento global, que existe uma redução que permite depois reequilibrar estes números de 5,9 milhões de euros, ou seja, menos 5,9%.

Na componente do investimento, disse que vão ter mais 14,4 milhões de euros, ou seja, 128,7 milhões de euros de investimento previsto para 2021. Sublinhou o reforço muito significativo previsto para o item do investimento para o próximo ano.

Apresentou a distribuição do investimento por cada um dos objetivos estratégicos. Sublinhou que o investimento está essencialmente concentrado na coesão e ação social com mais 1,4 milhões de euros, ou seja, 6,1%, sabendo que a dotação de 24,4 milhões de euros tem uma componente muito acentuada daquilo que é o investimento feito em reabilitação de habitação social e, portanto, investimento feito através da Empresa Municipal DomusSocial; para a Cultura está previsto um reforço de 2,8 milhões de euros e lembrou o investimento na Biblioteca Pública Municipal; para a Educação está previsto um reforço de 2,5 milhões de euros, assumindo uma especial relevância a reabilitação da Escola Alexandre Herculano; para o Desporto e Animação terão mais 1,5 milhões de euros, sendo que alguns dos investimentos foram anunciados recentemente pela Senhora Vereadora Catarina Araújo; para a Mobilidade terão mais 6,2 milhões de euros; e para o Ambiente e Qualidade de Vida mais 4,4 milhões de euros.

Deu alguns exemplos de investimentos inscritos no Orçamento como o Mercado do Bolhão, a Escola Alexandre Herculano, o Projeto Intermodal de Campanhã, o Programa Rua Direita, o

Cinema Batalha, o Parque da Cidade (remate poente), a reabilitação da habitação social e do espaço público, e a iluminação pública.

O Senhor Presidente agradeceu a apresentação sintética que foi feita pelo Senhor Diretor Pedro Santos.

Deu nota de que foi apresentada uma primeira versão do Orçamento a todas as forças políticas representadas na Câmara e na Assembleia Municipal e foram recolhidos contributos importantes de várias forças políticas. Explicou que alguns contributos foram acomodados e outros não por razões relacionadas com o programa político e pelo facto de alguns contributos apresentarem contradições. Sublinhou que teve o cuidado de escrever a cada uma das forças políticas, comentando cada uma das propostas que apresentaram.

Salientou que este Orçamento é apresentado e votado hoje porque foi possível sensibilizar o Governo para a necessidade de adiar o Orçamento por um mês, fazendo coincidir este cronograma com aquilo que acontece nos anos em que há eleições autárquicas.

Afirmou que admitiam que existissem transferências extraordinárias para os municípios resultantes dos custos decorrentes da pandemia, mas o Governo entendeu não fazer o reforço dessas verbas. Sublinhou que a situação ficou aquém daquilo que era expectável perante o silêncio sepulcral da Associação Nacional de Municípios. Referiu que em municípios pequenos o impacto da pandemia é terrível.

Afirmou que adotaram claramente um Orçamento contracíclico. Disse que se atualmente têm capacidade de endividamento é exatamente neste momento que devem utilizar os recursos municipais para suprir as carências e para manter os níveis de investimento.

O Senhor Vereador Manuel Pizarro disse que este Orçamento Municipal tem aspetos positivos e aspetos menos positivos. Reconheceu que é um Orçamento em contraciclo e expansionista numa situação em que a receita fiscal da Câmara é reduzida e a Câmara recorre ao endividamento; e esta é uma atitude que considera muito positiva. Lembrou que votaram favoravelmente os dois pedidos de empréstimo, porque consideram que a Câmara tem uma saúde financeira muito consistente, o que permite encarar com tranquilidade os encargos inerentes a esses empréstimos. Na sua opinião, faz todo o sentido o aumento do investimento no apoio à economia; o investimento na proteção e coesão social; e o investimento na rede viária, na mobilidade, na Cultura e no Desporto.

Reconheceu que existe uma evolução favorável na Legislação em relação à forma como pode ser incorporado o saldo de gerência previsível deste ano numa futura revisão orçamental, ou seja, não precisam de ter as contas aprovadas, o que significa que podem antecipar, para o final de janeiro ou para fevereiro, a apresentação de uma primeira revisão orçamental que incorpore o saldo de gerência. Considerou que, apesar desta situação ser positiva, ainda não corresponde inteiramente à sua ambição, ou seja, continua sem compreender por que razão não é possível incorporar logo no Orçamento inicial uma previsão do saldo de gerência. Disse que, em função

das regras que existem atualmente na contabilidade pública, o saldo de gerência seria sempre relativamente volumoso. Considerou que a Câmara terá um saldo de gerência, no mínimo, entre os 40 e os 50 milhões de euros.

O Senhor Presidente afirmou que podem dizer, de uma forma prudente, que poderão contar com 50 milhões de euros.

O Senhor Diretor Municipal de Finanças e Património, Pedro Santos disse que na estimativa que é feita, e que faz parte dos documentos previsionais, o valor é de aproximadamente 70 milhões de euros; no entanto, estes são dados reportados a finais de setembro, portanto, o limite máximo seria 70 milhões de euros, mas este valor estará ainda dependente da execução de novembro.

O Senhor Vereador Manuel Pizarro disse que o PS tinha preferido que, nestas circunstâncias, fosse mantida como receita previsível desta proposta de Orçamento um conjunto de verbas que tem sido incluído noutros anos, porque isso tudo tornaria mais ágil a orçamentação de um conjunto de outras iniciativas que considera importantes e que podiam ser orçamentadas desde já. Referiu que, com as propostas do PS, acrescentariam ao Orçamento inicial um valor de 28 milhões de euros, que teria de ser compensado na primeira revisão orçamental do ano seguinte. Afirmou que compreendem a fundamentação política da resposta que o Senhor Presidente deu, mas consideram que existe uma perda de capacidade de execução de despesa numa fase onde esta seria especialmente útil e urgente.

Assinalou que algumas das propostas que apresentaram em matéria de especialidade têm resposta na proposta de Orçamento, mas outras não têm e, na sua opinião, algumas delas eram verdadeiramente úteis para a Cidade, possíveis de serem executadas e não acrescentavam despesa significativa.

Referiu que o PS não acompanha a proposta da CDU de aumentar o Fundo Municipal de Apoio ao Associativismo Popular. Na sua opinião, deviam manter o mesmo valor, compensando esse facto com duas medidas essenciais: reativar o eixo de apoio às IPSS e às associações que tratam das pessoas com deficiência no Fundo de Emergência Social; e aumentar, a título extraordinário, as transferências especificamente destinadas a funções de apoio social para as juntas de freguesia.

Lembrou que propuseram que a Câmara desenvolvesse um programa especial de intervenção na área da toxicod dependência e acredita que existem muitos motivos para se considerar esse programa urgente. Disse que, quando aprovaram no Executivo a proposta de a Câmara financiar em larga medida as salas de consumo assistido, o PS considerou que se tratava de uma medida positiva, contudo esta medida desinserida de outras ações corre muitos riscos.

Realçou a sugestão do PS sobre a criação de um programa de promoção da saúde oral nas escolas do ensino básico do Município e sobre a criação de uma clínica de saúde oral na zona oriental do Porto.

Lembrou a sugestão de criação de um programa de estágios para os jovens que terminam a sua formação académica durante este período de crise.

Revelou que encara com estranheza o facto de estas propostas não terem sido contempladas, mas aceita que esta é a opção política da Maioria Municipal.

Realçou que propõem uma intensificação das medidas na área da proteção às pessoas em situação de sem-abrigo e, na resposta que lhes foi dada, é dito que o segundo restaurante solidário abriria no mês de novembro. Perguntou o que se passa com este restaurante.

O Senhor Vereador Fernando Paulo respondeu que o referido restaurante abriu na semana anterior.

O Senhor Vereador Manuel Pizarro considerou que nesta matéria podiam e deviam ir mais longe.

Declarou que o PS não vai votar contra este Plano e Orçamento pela sua natureza expansionista e pela natureza da crise que se vive, mas a Maioria Municipal não os conseguiu convencer a votar a favor.

O Senhor Presidente disse que o restaurante solidário já se encontra a funcionar e vão continuar a apoiar e a combater o problema das pessoas em situação de sem-abrigo.

Relativamente à toxicoddependência, referiu que não estão apenas a custear as salas de consumo assistido, estão também a fazer um grande esforço com as equipas de rua, com as limpezas, entre outras ações. Sublinhou que a CMP não tem tido resposta, da parte do Governo, às suas ansiedades e preocupações. Afirmou que todos percebem que nesta matéria é preciso fazer algo no que diz respeito à lei. Sublinhou que, em determinadas zonas particularmente sensíveis como na proximidade de centros de saúde e de escolas, o consumo de drogas duras, principalmente injetáveis, tem de ser criminalizado. Lembrou que, no último Conselho Municipal de Segurança, o Senhor Diretor da Polícia Judiciária, da Diretoria da Polícia Judiciária do Norte, disse que deixou de ser prioridade para o Estado Português combater o tráfico de droga. Referiu que a população não consegue compreender como é que as autoridades policiais não podem agir em determinadas circunstâncias.

O Senhor Vereador Álvaro Almeida disse que vivem uma época diferente, uma época excecional e este é também um Orçamento diferente. Recordou que o PSD foi muito crítico em relação aos dois orçamentos anteriores, mas este é um Orçamento diferente num dos aspetos que os levou a votar contra o orçamento anterior, ou seja, no aspeto da despesa corrente. Referiu que, neste Orçamento, a despesa corrente não aumenta, antes pelo contrário até desce

ligeiramente. Salientou que há uma redução da despesa corrente nas duas rubricas mais estruturais que são as despesas com pessoal e a aquisição de bens e serviços. Sublinhou que esta é uma mudança radical face a um passado recente, porque, nos orçamentos anteriores, esta mesma despesa corrente aumentou, em média, mais de 10% por ano. Afirmou que esta diferença é, para o PSD, uma diferença qualitativa importante, pois aquilo que têm atualmente é uma despesa corrente que parte de níveis relativamente elevados, fruto dos orçamentos anteriores, mas que vai na direção correta. Realçou que o Orçamento para 2021 segue na direção certa, ou seja, deixa de haver um aumento desta despesa corrente estrutural.

Referiu que a despesa total aumenta, mas aumenta na parte correta, ou seja, no investimento. Disse que, perante uma crise desta dimensão, a Câmara e as entidades públicas em geral devem adotar políticas anticíclicas nestas rubricas que não são estruturais, que não são permanentes e que não são despesa que se repete todos os anos.

Considerou positivo o aumento da despesa de investimento, sobretudo, porque a maior parte do aumento se verifica na rubrica "arruamentos, parques e jardins", onde se constata um aumento de 10 milhões de euros num campo que é fundamental para a qualidade de vida dos portuenses. Afirmou que este Orçamento é diferente dos anteriores porque não tem grandes excedentes e tem um saldo global efetivo negativo, porque as receitas baixaram e a despesa tem de aumentar. Sublinhou que este Orçamento não tem a mesma margem dos anteriores e, como tal, também não há margem para o PSD reivindicar uma descida significativa da carga fiscal sobre os portuenses, como fez em relação aos orçamentos anteriores. Sublinhou, no entanto, que este Orçamento prevê alguma redução da carga fiscal, nomeadamente através do aumento do desconto no IMI no caso da habitação própria.

Disse que o PSD apresentou uma proposta de redução do IMI, porque se no passado o PSD sempre deu mais relevância ao IRS, neste momento dá mais importância ao IMI, porque em época de crise os rendimentos baixam e o IRS também, portanto, o IRS é um imposto que se ajusta à crise; com o IMI isso não acontece, ou seja, o IMI mantém-se igual mesmo que os rendimentos baixem. Considerou que, no ano concreto de 2021, é mais importante baixar o IMI do que baixar o IRS e por essa razão propuseram uma redução do IMI.

Afirmou que o PSD fez algumas propostas, algumas foram acomodadas, outras não e, portanto, também nesse aspeto é um Orçamento que vai na direção correta, apesar de não ir tão longe quanto desejavam.

Declarou que o PSD não votará a favor, mas como não se trata de um mau Orçamento irá abster-se.

A Senhora Vereadora Ilda Figueiredo disse que estão num ano diferente dos anteriores sobretudo em termos de Orçamento. Afirmou que tem esperança que 2021 seja um ano ligeiramente melhor e que seja possível iniciar recuperações que são fundamentais para a Cidade. Sublinhou que o Porto é uma Cidade com enormes desigualdades, com áreas territoriais muito frágeis, onde vivem populações com problemas sociais muito graves. Acrescentou que a CDU

está muito preocupada com a situação que se está a viver e que se poderá agravar, no campo social, ainda nos próximos meses, tendo em conta as medidas que estão a ser tomadas no plano nacional. Referiu as carências que a Cidade tem em diversas áreas como os equipamentos coletivos, o Desporto, a Cultura, os equipamentos sociais, a habitação de qualidade e os espaços públicos de qualidade.

Lembrou a luta da CDU para que nos territórios mais frágeis fossem feitos investimento para a melhoria das condições de vida da população. Considerou que a resposta que existe ainda é muito insuficiente. Na sua opinião, os saldos orçamentais elevados teriam sido bem mais úteis se tivessem sido aplicados num investimento mais forte.

Sublinhou que algo foi feito mas é muito insuficiente face aos orçamentos e às próprias verbas. Disse que tem dificuldade em entender o atraso que muitos investimentos registam.

Reforçou que os problemas sociais graves exigem respostas mais céleres. Disse que regista mais investimento inscrito, mas quer assistir à sua concretização.

Chamou a atenção para o facto de as verbas do Fundo Municipal de Apoio ao Associativismo Popular ainda não terem sido entregues às pessoas. Disse que quase 80 pequenas associações do movimento popular não tiveram apoio, porque a verba não foi suficiente e foram usados critérios discutíveis. Propôs que em janeiro se abram novos concursos.

Discordou de algumas afirmações feitas pelo PS relacionadas com as políticas nacionais. Na sua opinião, devia haver da parte do Governo uma intervenção e uma atenção muito maior na área social. Referiu que a Segurança Social está dar uma resposta muito frágil e insuficiente na Cidade do Porto. Considerou que é a Segurança Social quem tem de dar respostas no campo das IPSS, da toxicoddependência, dos programas de saúde e dos estágios.

Propôs que o PS apresente à Assembleia da República e ao Governo as propostas que apresentou na CMP e que os sensibilize para que haja para o Porto uma resposta mais eficaz nestas áreas. Afirmou que espera uma maior sensibilidade da parte da Maioria, do Senhor Presidente da Câmara e dos Senhores Vereadores com responsabilidades executivas diárias para os múltiplos problemas da Cidade.

Lamentou que este Orçamento não tenha avançado mais, que não se tenha investido como se devia e que não se tenha dado as respostas sociais na área do Desporto, da Cultura, entre outras. Afirmou que, no entanto, valoriza aquilo que foi realizado e, nesse sentido, mantém a abstenção no Plano e Orçamento para 2021.

Apelou para que se preste uma maior atenção à questão do Movimento Associativo Popular.

O Senhor Presidente disse que a Senhora Vereadora Ilda Figueiredo devia propor acabar com o Fundo.

A Senhora Vereadora Ilda Figueiredo disse que o que é preciso é atribuir mais verbas ao Fundo para que as respostas sejam mais céleres.

O Senhor Presidente disse que, na passada sexta-feira, foi definitivamente dada razão ao Município e foi deferido o recurso da CMP relativo aos semáforos. Lembrou que adjudicaram no dia 31 de julho de 2018 e ganharam em todas as instâncias. Afirmou que gostariam que as questões avançassem mais rapidamente mas não conseguem.

Referiu que, sobretudo nesta altura, o grau de imprevisibilidade das decisões que tomam está agravado de tal forma que sabem quando começam um processo mas nunca sabem quando é que o mesmo vai terminar.

Sublinhou que vão ter, mais uma vez, uma taxa de execução do Orçamento muito maior que a média nacional e invulgar a nível dos grandes municípios, mas é, mais ou menos, por sorte, porque os processos arrastam-se de uma forma absolutamente indiscriminável. Referiu, como exemplo, o caso da intermunicipalização da STCP que continua no Tribunal de Contas.

Acrescentou que têm ainda as entidades reguladoras que se transformaram em tribunais de opinião.

Afirmou que criaram o Fundo Municipal de Apoio ao Associativismo, mas é impossível acreditar que num ano ou dois anos iriam resolver o problema de décadas e dar vida às aspirações e ambições de todo o movimento associativo popular da Cidade. Sublinhou que não vai criar ilusões, fazendo acreditar que todas as associações, de um ano para outro, vão conseguir resolver todas as suas aspirações. Deu nota de que o próximo concurso decorrerá de forma diferente, ou seja, vão avaliar as propostas por mérito.

Disse que este ano preferiram reforçar o Porto Solidário, por proposta do PSD, sendo que o PS também se referiu ao assunto.

Referiu que os 800 mil euros do Fundo de Apoio ao Associativismo estão longe de contemplar todas as verbas que a CMP atribuiu ao associativismo, porque muitas propostas, por mérito próprio, são apresentadas em reunião de Câmara e têm sido votadas como apoio.

A Senhora Vereadora Ilda Figueiredo perguntou se o Senhor Presidente considera que a Misericórdia do Porto é uma associação popular.

O Senhor Presidente respondeu que a Santa Casa da Misericórdia do Porto é uma IPSS. Referiu que tem dificuldade em classificar aquilo que é e não é popular.

A Senhora Vereadora Ilda Figueiredo disse que essa questão tem de ser resolvida no regulamento.

O Senhor Presidente disse que a Santa Casa da Misericórdia do Porto tem uma atividade relevante na Cidade e não pode, na sua opinião, ser impedida de concorrer ao Fundo.

O Senhor Vereador Fernando Paulo explicou que o projeto apoiado foi na área do apoio às pessoas em situação de sem-abrigo. Sublinhou que a Câmara, em conjunto com outras

organizações, de julho até este momento, conseguiu criar 52 quartos destinados a esta população.

Na sua opinião, o Orçamento responde ao problema da crise e às necessidades das populações. Sublinhou que não financiam as associações apenas porque elas existem, apoiam projetos específicos de entidades que prosseguem fins não lucrativos em função das prioridades estabelecidas.

A Senhora Vereadora Ilda Figueiredo disse que não está em causa a aprovação do projeto, mas considera que o mesmo não devia fazer parte deste programa.

Concordou que não é porque uma associação existe que deve ser apoiada; deve ser apoiada pelos programas que desenvolve.

O Senhor Presidente disse que não faz campanha eleitoral com fundos associativos.

A Senhora Vereadora Ilda Figueiredo perguntou qual foi o processo de Derrama que foi resolvido judicialmente.

Pedi que lhes sejam fornecidos os mapas apresentados.

Disse que não teve oportunidade de analisar toda a documentação, como o Quadro de Pessoal. Perguntou se não é normal o Quadro de Pessoal ser acompanhado por um parecer da Comissão de Trabalhadores.

A Senhora Vereadora Catarina Araújo respondeu que do mapa de pessoal 2021 não resulta uma diminuição do número de trabalhadores do Município, pelo que a sua aprovação também não carece do parecer prévio da comissão de trabalhadores previsto na alínea f) do artigo 327º da LTFP.

A Senhora Vereadora Ilda Figueiredo perguntou, relativamente às propostas de criação de novo emprego, se estes concursos se referem a concursos já realizados ou a novos concursos.

A Senhora Vereadora Catarina Araújo disse que consta da proposta, e do mapa de pessoal anexo, constava de forma explícita, todo o planeamento e gestão de recursos humanos para ano de 2021. Referiu que o mapa de pessoal reflete um aumento de 54 postos de trabalho, dos quais 37 postos de trabalho resultam da identificação de novas necessidades e como tal são novos postos de trabalho que irão ser providos por procedimentos de recrutamento. Esclareceu que estes 37 postos estão distribuídos pela Direção Municipal de Educação com 30 postos de trabalho no apoio à educação e infância; pelo Departamento Municipal de Economia com 1 posto de trabalho na área da gestão do talento; pela Direção Municipal de Serviços Jurídicos com 2 postos de trabalho na sequência da transferência de competências nas contraordenações rodoviárias;

pelo Departamento Municipal de Gestão Cultural no âmbito do Museu da Cidade, com 3 postos; e pela Direção Municipal de Finanças e Património com 1 posto de trabalho.

Explicou que estão previstos 3 lugares para regressos de trabalhadores por fim de cedência de interesse público/comissões de serviço, ou seja, trabalhadores que querem regressar o que importa prever no mapa.

Referiu que existem mais 9 postos previstos, para processos de mobilidade intercarreiras. E, por fim, 8 postos para dar continuidade ao Programa de Abordagem Integrada para a Inclusão Ativa.

O Senhor Vereador Ricardo Valente disse que este é o último Orçamento deste Mandato e é bom perceber que o Orçamento vai ser aprovado sem votos contra. Considerou que este é um bom sinal do ponto de vista do momento que a Cidade vive.

Afirmou que este é um Orçamento claramente anticíclico, que incentiva a economia e, portanto, faz despesa de investimento e não cria despesa permanente estrutural do ponto de vista corrente. Disse que, de um Orçamento de 328 milhões de euros, a receita não efetiva ronda os 84 milhões de euros, ou seja, a lógica é investir no presente com base naquilo que são receitas futuras. Referiu que o princípio da sustentabilidade é muito importante.

Salientou o facto de este investimento ser feito com pouca dependência de Fundos Europeus. Disse que Portugal é atualmente um país assustadoramente dependente da política de coesão. Deu nota de que os dados da Comissão Europeia, relativamente aos anos de 2015 a 2017, colocam Portugal numa situação única na história portuguesa e única no panorama europeu. Sublinhou que Portugal tem uma dependência do ponto de vista daquilo que é o investimento público, a chamada formação bruta de capital fixo na economia, da política de coesão, de 82,5%. Referiu que a média da União a 27 é de 8,5%.

Afirmou que o problema da economia só se resolve com políticas macro e em Portugal há muito a ideia de que existem muitos apoios à economia privada. Referiu que o Estado gastou em *lay-off*, dados até novembro, pouco mais do que 880 milhões de euros de apoios diretos.

Disse que é preciso tomar medidas no sentido de robustecer o tecido económico e só o podem fazer do ponto de vista central.

Na sua opinião, a Cidade do Porto responde de forma positiva àqueles que são os problemas da Cidade, àquilo que é o seu âmbito de atuação local, mas cabe ao Estado Central atacar o problema, que é o problema da economia, o risco sistémico que existe do lado da economia.

Mostrou-se muito satisfeito com o Orçamento da Cidade do Porto e espera que o Governo Central e a República estejam à altura deste acontecimento e que injetem as verbas necessárias para a economia privada. Disse que espera ainda que as verbas do Quadro Comunitário não sejam canalizadas mais uma vez para a Administração Central e que sejam direcionadas para a economia privada e para os setores de atividade que estão a sofrer com a crise.

O Senhor Diretor Municipal de Finanças e Património, Pedro Santos explicou, em relação à questão colocada sobre a Derrama pela Senhora Vereadora Ilda Figueiredo, que não dispõem

de toda a informação, mas sabem que se tratou de um processo de correção de IRC relativo ao exercício económico de 2010 relacionado com uma entidade bancária, cujo processo de execução fiscal terminou em 2019, momento em que essa verba foi entregue pela Autoridade Tributária ao Município do Porto.

A Senhora Vereadora Odete Patrício disse que gostaria de confirmar os números referidos pelo Senhor Vereador Ricardo Valente. Perguntou se confirma que Portugal tem na formação bruta de capital fixo 82% financiados por Fundos Comunitários.

Afirmou que o Senhor Vereador Ricardo Valente considera este valor altamente criticável, mas, na sua opinião, este é apenas um sinal de que Portugal tem sabido captar e usar os Fundos Comunitários para o desenvolvimento da economia do País. Disse que não vê esta suposta dependência como algo criticável, pelo contrário, considera que é algo que os deve satisfazer porque foram capazes de obter um grande financiamento comunitário para os investimentos do País.

O Senhor Vereador Manuel Pizarro disse que o PS votará a favor deste Regulamento, embora discorde da ideia de que a isenção de IMI para as associações de moradores tenha um prazo de 5 anos que não pode ser renovado.

A Senhora Vereadora Ilda Figueiredo disse, em declaração prévia relativamente à votação, que votará a favor, porque este Regulamento segue no sentido da diminuição das isenções de IMI para os proprietários e para as associações de moradores, mas discorda do facto de, no caso das associações de moradores, se continuar a referir no Regulamento que no final dos 5 anos não pode ser novamente proposta esta decisão. Afirmou que este é o último Orçamento que estão a aprovar neste Mandato e não é positivo que se esteja a decidir o futuro.

O Senhor Diretor Municipal de Finanças e Património, Pedro Santos esclareceu que o prazo que se encontra neste Regulamento resulta daquilo que a Lei prevê, ou seja, só uma alteração ao nível da Lei permitiria ao municípios alterar prazos.

O Senhor Presidente afirmou que a Lei estabelece que os municípios só podem fazer esta isenção pelo período de 5 anos.

O Senhor Vereador Álvaro Almeida declarou que o PSD vai votar a favor deste Regulamento, apesar de considerar que o desconto devia ser de 20% e não de 15%, mas como existe uma mudança na direção certa, a sua posição será favorável.

Aprovada, por unanimidade.

5. Fixação e majoração da taxa do IMI para o ano de 2020.

Aprovada, por maioria, com 1 abstenção do Senhor Vereador do PSD.

6. Fixação da participação do Município do Porto no IRS dos sujeitos passivos, relativa aos rendimentos do ano 2021.

Aprovada, por maioria, com 1 abstenção do Senhor Vereador do PSD.

7. Redução e lançamento da Derrama para o ano de 2020.

Aprovada, por maioria, com 1 abstenção do Senhor Vereador do PSD.

8. Fixação da Taxa Municipal de Direitos de Passagem para o ano de 2021.

Aprovada, por maioria, com 1 voto contra da Senhora Vereadora da CDU.

9. Aprovação da proposta do Orçamento do Município do Porto para 2021.

Aprovada, por maioria, com 6 abstenções dos Senhores Vereadores do PS, do Senhor Vereador do PSD e da Senhora Vereadora da CDU.

A Senhora Vereadora Ilda Figueiredo disse que irá apresentar uma declaração de voto. (Anexo III)

O Senhor Vereador Álvaro Almeida disse que também entregará uma declaração de voto. (Anexo IV)

Afirmou que a apreciação que fez do Orçamento é, naturalmente, a sua apreciação, mas é também a apreciação feita pelos órgãos legítimos do PSD. Referiu que houve uma assembleia de militantes do PSD na sexta-feira, onde apresentou as linhas gerais do Orçamento; depois houve uma reunião da Comissão Política de Secção, onde o Orçamento foi analisado com mais detalhe; e também se realizou uma reunião com os eleitos do Grupo Municipal do PSD. Explicou que o sentido de voto foi definido pela Comissão Política de Secção com o consenso de todos. Referiu que a apreciação é sua mas resulta do processo de discussão que ocorreu nos referidos órgãos, portanto, sendo a sua apreciação e o seu voto é também a apreciação e o voto do PSD nos órgãos legítimos.

10. 2º Aditamento ao Contrato de Gestão de Empreendimentos - mandato 2020 - 2022, a celebrar com a GO Porto, E.M.

O Senhor Vereador Manuel Pizarro indicou que os vereadores do PS vão abster-se nesta votação, embora exprimindo algum desconforto que é o facto de que no início do ano estava previsto que o investimento fosse de 48 milhões de euros e, de revisão em revisão, encolhe-se para cerca de 32 milhões de euros.

Aceitando que a pandemia possa ser explicação para uma parte disso, mencionou que, se há setor que resistiu melhor à pandemia, foi o setor da construção e há uma perda de concretização de investimento que merece uma atitude de abstenção.

A Senhora Vereadora Ilda Figueiredo disse que é um dos aspetos que acha críticos, porque reflete uma dificuldade na execução e crê que a pandemia não explica tudo.

Irá abster-se por razões que já aduziu, designadamente na intervenção anterior.

O Senhor Vereador Álvaro Almeida recordou que já no aditamento anterior absteve-se e irá manter esse sentido de voto porque neste contrato em questão e nos 3 pontos seguintes o que se está a discutir é essencialmente a execução do orçamento que acaba de ser votado.

Pelas razões que o levaram à abstenção no orçamento, as mesmas levam-no a abster-se nos contratos que serão votados de seguida.

Aprovada, por maioria, com 6 abstenções dos Senhores Vereadores do PS, do Senhor Vereador do PSD e da Senhora Vereadora da CDU.

11. Aprovação do contrato-programa a celebrar com a GoPorto, E.M. para os anos de 2021-2023.

O Senhor Vereador Manuel Pizarro indicou que se irá abster neste ponto.

Disse que este é um problema que merece uma preocupação, porventura numa outra reunião, que está relacionada com o tema do crescimento das despesas de estrutura das empresas municipais.

Mencionou que a GoPorto tem vindo a aumentar a sua despesa de estrutura.

Acha que há algo que deveria ser melhor acautelado.

O Senhor Presidente disse que não há aumento nas despesas de estrutura da GoPorto.

A Senhora Vereadora Catarina Araújo disse que em 2021 se mantém o valor do subsídio à exploração de 2020: 3620 milhões de euros. Não há qualquer aumento previsto na proposta.

Explicou que o valor mantém-se porque os custos e as receitas do Mercado do Bolhão não se alteraram pois só haverá receita em 2022.

Mencionou que para o ano de 2022, o que está previsto é até uma diminuição, ainda que ligeira,

do subsídio à exploração isto porque está prevista receita do Mercado do Bolhão.

Disse que no ano de 2023, apesar do aumento da receita do Mercado do Bolhão, já se reflete a despesa com o Matadouro.

Relembra que a empresa passou a ter no seu objeto para além da gestão de obras a exploração dos equipamentos. Foi em 2018 que o Município e delega na GoPorto a exploração dos equipamentos Mercado Bolhão e Matadouro e que conseqüentemente o subsídio à exploração aumenta de 2 milhões de euros para 3 milhões de euros.

Esclareceu que aditamento proposto traduz uma reprogramação e replaneamento da atividade, tendo os motivos sido já referidos e que estão relacionados com as vicissitudes ocorridas nos procedimentos concursais, Tribunal de Contas, etc. Sucede que qualquer derrapagem de prazos tem impacto nesta sede considerando a grande dimensão e orçamento das obras geridas pela empresa. A empresa uma vez mais tem um orçamento recorde, de 31,9 milhões de euros, e que nem no tempo do Euro 2004 este montante de investimento foi alcançado

O Senhor Presidente deu como exemplo as obras do Mercado do Bolhão.

Disse que, a determinada altura, verificou-se a necessidade imperiosa de alterar apenas um método construtivo na reabilitação pois foram verificadas patologias que não tinham sido anteriormente antecipadas, nem o poderiam ser.

Disse que se pediu um parecer à DRCN que verificou e disse que não haveria problema mas que teria de ir à DGPC.

Já a DGPC entendeu que deveria ir ao Conselho Nacional de Cultura.

Indicou que foram 5 meses de paragem de obra.

Aprovada, por maioria, com 6 abstenções dos Senhores Vereadores do PS, do Senhor Vereador do PSD e da Senhora Vereadora da CDU.

12. Aprovação do contrato de mandato 2021-2023 a celebrar com a Domus Social, E.M.

O Senhor Vereador Manuel Pizarro disse que irá votar a favor do contrato de mandato, chamando à atenção que há uma redução muito acentuada do investimento previsto para o ano de 2023, o que significa que possivelmente haverá algum atraso no processo de planeamento e preparação de projetos.

Deixou essa ressalva de que parece que há algo que justifica um olhar mais atento.

Aprovada, por maioria, com 2 abstenções do Senhor Vereador do PSD e da Senhora Vereadora da CDU.

13. Aprovação do contrato-programa a celebrar com a Domus Social, E.M. para o ano

de 2021.

O Senhor Vereador Manuel Pizarro disse que não compreende porque é que a DomusSocial necessita de subsídio à exploração.

Compreende que a DomusSocial faz coisas que vão para além da sua atividade; no entanto, essas coisas podem ser financiadas pela receita normal da empresa.

Julga que em 2016 e 2017, a DomusSocial não teve subsídio à exploração e deseja uma explicação sobre este assunto.

O Senhor Vereador Fernando Paulo disse que no custo de estrutura, o que recebem de rendas, tem de ser de destinado exclusivamente para a gestão do parque habitacional e a parte restante destina-se a manutenção e conservação corrente.

Mencionou que este ano usaram apenas uma parte e comunicaram às finanças que não irão necessitar de todo mas efetivamente é necessário acautelar esta situação pois, do ponto de vista legal, não podem afetar as rendas à gestão da administração direta.

Indicou que há um custo de estrutura pela administração direta que a CMP se responsabiliza.

O Senhor Vereador Manuel Pizarro disse que a DomusSocial tem uma receita própria de cerca de 8,5 a 9 milhões de euros de rendas e tem um custo de estrutura que ronda os 3,6 milhões de euros.

Quanto à afetação do resto do dinheiro, referiu que existe a despesa de manutenção e uma enorme despesa anual com a reabilitação das casas devolutas.

Indicou que essa despesa, a partir do próximo ano, passará a ser metade do que era pois o número de casas devolutas será aproximadamente o mesmo e esse dinheiro é financiado a fundo perdido a cerca de 50% pelo 1.º Direito, o que significa que não consegue compreender a lógica do subsídio à exploração.

O Senhor Vereador Fernando Paulo disse que a arrecadação de rendas deve ser destinada exclusivamente ao custo da estrutura da DomusSocial mais à manutenção e conservação corrente.

Disse que o custo do subsídio é para o caso de se necessário, daquilo que é extra a gestão do parque habitacional, pois a DomusSocial tem toda a administração direta da CMP.

A Senhora Vereadora Ilda Figueiredo questionou se é a DomusSocial que gere a verba do apoio que é dado às pessoas para o arrendamento.

O Senhor Vereador Fernando Paulo disse que se está a falar num assunto diferente.

Indicou que, no programa municipal do apoio ao arrendamento Porto Solidário, a medida é da CMP e quem gere todo o processo de candidaturas e posteriormente de gestão é a DomusSocial,

sendo a atribuição da verba é da CMP.

Esclareceu que a discussão que estava a ter com o Senhor Vereador Manuel Pizarro é de uma outra natureza, sobre as receitas que a DomusSocial tem dos 13 mil fogos, que ronda os 8 milhões de euros e dessa receita, afeta metade aos custos de estrutura e outra metade à manutenção e conservação, sendo que, em princípio não deve afetar ao custo de estrutura para outras coisas que a DomusSocial gere, com as rendas das casas.

Clarificou que toda a administração direta que a DomusSocial tem na manutenção e conservação do edificado municipal, não deve ser, nem é pago pelas rendas, por razões óbvias.

Sublinhou que, se a DomusSocial tivesse exclusivamente a gestão patrimonial e social da habitação a arrendamento apoiado, tinha uma estrutura mais pequena do que a existente.

Para além disso, a DomusSocial é a administração direta da CMP.

Aprovada, por maioria, com 2 abstenções do Senhor Vereador do PSD e da Senhora Vereadora da CDU e com 4 votos contra dos Senhores Vereadores do PS.

Foram distribuídos os seguintes documentos:

- Relatório enviado pela KPMG com a informação sobre a situação económica e financeira do Município do Porto a 30 de junho de 2020”.
- Relatórios de Execução Orçamental, respeitantes ao 3.º trimestre, das seguintes Empresas Municipais:
 - Ágora – Cultura e Desporto do Porto, E.M.;
 - Águas do Porto, E.M.;
 - Domus Social – Empresa de Habitação e Manutenção do Município do Porto, E.M.
 - GoPorto – Gestão e Obras do Porto, E.M.;
 - Porto Ambiente – Empresa Municipal de Ambiente do Porto, E.M., S.A.;
 - Porto Vivo, SRU – Sociedade de Reabilitação Urbana do Porto, E.M., S.A.

A reunião foi presencial e simultaneamente transmitida via streaming.

A presente ata depois de lida e aprovada vai ser assinada nos termos da Lei.

O Presidente



A Secretária

Márcia Monteiro



Anexo I

Declaração de Voto Vereador Álvaro Almeida

Declaração de voto:

Reunião de 30/11/2020, Ponto 2

Ratificação da atualização tarifária do serviço de gestão de resíduos urbanos para 2021

A atualização tarifária que é proposta neste ponto respeita (aproximadamente) o disposto no n.º 6 do artigo 19.º do Contrato de Gestão Delegada celebrado entre o Município do Porto e a EMAP, que prevê que "a atualização anual das tarifas deve refletir a taxa de inflação prevista para o período em causa". De facto, estará um pouco acima desse valor, já que a taxa de inflação prevista para 2021 pelo Conselho de Finanças Públicas é de 0,7%, enquanto a atualização tarifária proposta é 0,8%, mas a diferença não é significativa.

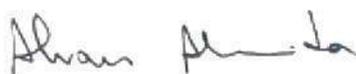
Acontece, no entanto, que nos anos anteriores o aumento do tarifário foi muito superior ao previsto no citado n.º 6 do artigo 19.º. Por exemplo, a Tarifa de Disponibilidade para os utilizadores domésticos aumentou 27% em dois anos. E se um aumento à taxa de inflação seria aceitável se o ponto de partida fosse razoável, já não será de votar favoravelmente um aumento, mesmo que pequeno, a partir dos valores elevados de 2020.

Acresce que há três anos esta CMP aprovou uma taxa turística com base numa Nota Justificativa que afirmava que "o princípio da justa repartição dos encargos públicos impõe que os encargos em que incorre com a geração de utilidades aos turistas que visitam a cidade seja imputado, na proporção em que delas usufruem, a estes turistas e não à população residente no Município". A mesma Nota justifica que "para a determinação do valor da taxa municipal turística foram considerados os seguintes valores da despesa efetiva suportada em 2016 relativa às atividades supra referidas: (...) Ambiente e Qualidade de Vida: 38.428.893,97€" e que "3,34% dos valores supra indicados se destinam a garantir o serviço que o Município do Porto presta aos turistas". Ou seja, a introdução da taxa turística é apresentada como sendo para pagar (entre outras justificações) 3,34% de 38ME de despesas com ambiente, o que inclui necessariamente o serviço de gestão de resíduos urbanos, valor que deveria ser abatido aos encargos a suportar pelos residentes, o que não aconteceu.

Acresce que há outro facto que justificaria um menor aumento dos custos: a criação da EMAP, que segundo a maioria iria reduzir significativamente os custos para o município. Ora, se assim fosse, as tarifas não deveriam aumentar, porque os custos que as tarifas deveriam financiar estariam a diminuir. O PSD entende que seria útil proceder a uma avaliação da decisão da criação da EMAP, comparando os custos e a qualidade do serviço que a EMAP proporciona aos portuenses, com os custos da alternativa que existia naquela época, que seria uma nova concessão do serviço. Na ausência de tal avaliação, estes sucessivos aumentos do tarifário levam-nos a suspeitar que o PSD tinha razão quando argumentou que a criação da EMAP veio aumentar os custos a suportar pelos portuenses com a gestão de resíduos.

Em suma, decidi optar pela abstenção porque apesar de o aumento respeitar aproximadamente a taxa de inflação, é um aumento a partir de um nível tarifário excessivo, pelo que deveria ser evitado.

Porto, 30 de novembro de 2020



Álvaro Almeida
Vereador do PSD



Anexo II
Apresentação Orçamento CMP 2021



Projeções Macroeconómicas(*)



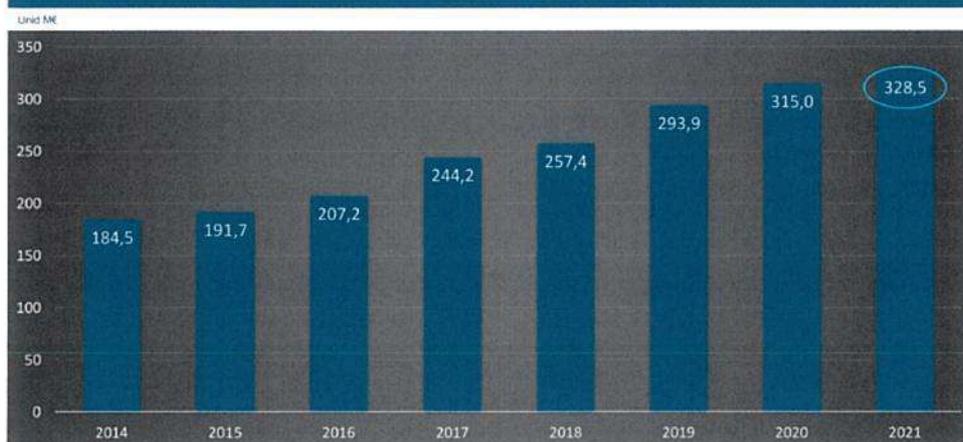
(*) Fonte: Proposta Lei Orçamento Estado 2021.

Orçamento 2021 Premissa

Política orçamental contracíclica

- Aumento do orçamento
- Aumento do investimento
- Endividamento bancário
- Estímulo à economia
- Alívio fiscal das famílias
- Apoio às populações e famílias mais vulneráveis

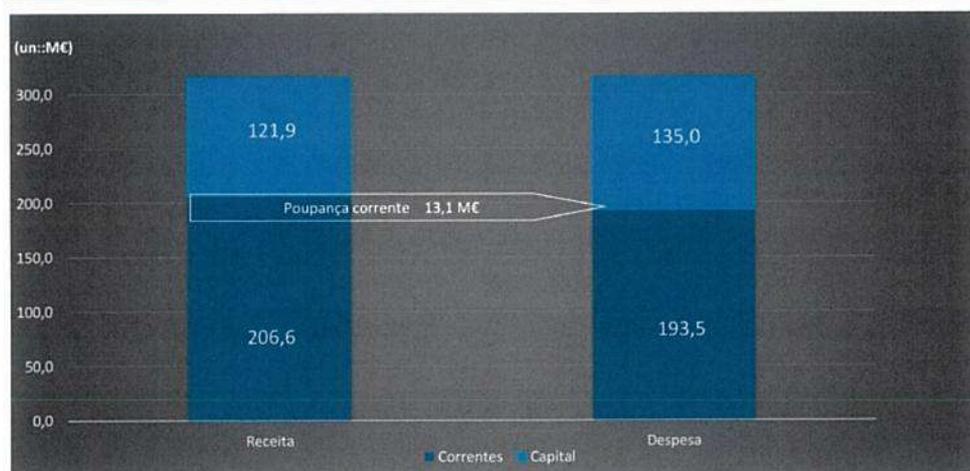
Evolução do Orçamento



Orçamento 2021

Orçamento	328,5 M€	+ 13,5M€	+ 4,3%
Impostos Diretos	115,7 M€	- 5,9M€	- 4,8%
Redução de 15% no valor da média técnica			
Taxa Turística	6,6 M€	- 5,0M€	- 42,6%
Redução de 50% no valor da média técnica			
Dívida bancária	83,6 M€	+ 44,6M€	+ 114,4%
Novo empréstimo bancário de 56,5 M€			

Orçamento 2021 – Poupança Corrente



Orçamento 2021- Destaques

Iisenção de taxas municipais da atividade económica

Redução de 50% taxas urbanísticas - REURB

Redução de 50% das rendas não habitacionais em imoveis municipais

Redução de + 5% no IMI para habitações própria permanente

Orçamento 2021- Destaques

Fundo Emergência Social 2,3 M€

Fundo de Apoio ao Associativismo 0,8 M€

PART - Redução Tarifária nos Transportes Públicos 1,5 M€

Porto com Sentido - Habitação com renda acessível 2,6 M€

Orçamento 2021- Destaques

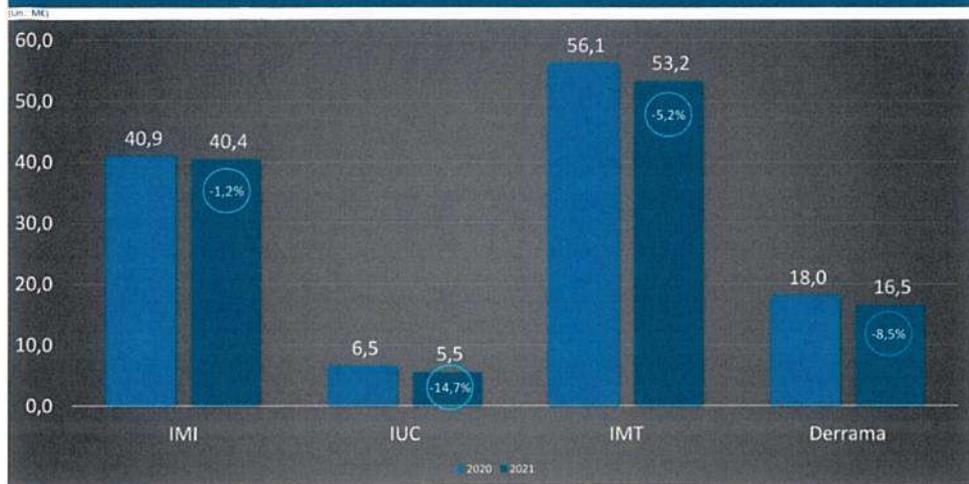
Porto de Tradição	0,5 M€
Juntas de Freguesias	3,9 M€
Orçamento colaborativo Juntas de Freguesias	1,1 M€
Gestão de energia Águas do Porto	1,0 M€

Orçamento 2021 – Receita

Designação da Rubrica	2020		2021		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Receitas Correntes	209,2	66,4%	206,6	62,9%	-2,6	-1,3%
Impostos diretos	121,6	38,6%	115,7	35,2%	-5,9	-4,8%
Taxas, multas e outras penalidades (*)	32,8	10,4%	27,9	8,5%	-4,9	-14,9%
Rendimentos de propriedade	11,9	3,8%	11,9	3,6%	0,0	-0,3%
Transferências correntes	35,5	11,3%	41,7	12,7%	6,2	17,6%
Venda de bens e serviços correntes	6,6	2,1%	8,5	2,6%	1,9	29,0%
Outras receitas correntes	0,8	0,3%	0,9	0,3%	0,1	5,6%
Receitas de Capital	105,8	33,6%	121,9	37,1%	16,1	15,2%
Venda de bens de investimento	12,3	3,9%	12,5	3,8%	0,2	1,8%
Transferências de capital	23,8	7,6%	25,8	7,8%	2,0	8,3%
Ativos financeiros	30,7	9,8%	0,0	0,0%	-30,7	-100,0%
Passivos financeiros	39,0	12,4%	83,6	25,5%	44,6	114,4%
Total	315,0	100,0%	328,5	100,0%	13,5	4,3%

(*) Inclui, em 2020, o valor referente aos impostos indiretos.

Orçamento 2021 – Impostos Diretos



Orçamento 2021 – Despesa

(Un. Mil)

Designação da Rubrica	2020		2021		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Despesas Correntes	192,1	61,0%	193,5	58,9%	1,3	0,7%
Despesas com pessoal	82,6	26,2%	80,5	24,5%	-2,1	-2,5%
Aquisição de bens e serviços	63,3	20,1%	62,3	19,0%	-1,0	-1,6%
Juros e outros encargos	0,3	0,1%	0,4	0,1%	0,1	31,8%
Transferências correntes	11,4	3,6%	12,9	3,9%	1,6	13,7%
Subsídios	31,5	10,0%	34,6	10,5%	3,1	9,8%
Outras despesas correntes	3,0	1,0%	2,7	0,8%	-0,3	-10,4%
Despesas de Capital	123	39,0%	135,0	41,1%	12,2	9,9%
Aquisição de bens de capital	114,4	36,3%	128,7	39,2%	14,2	12,5%
Transferências de capital	4,4	1,4%	3,2	1,0%	-1,2	-27,0%
Ativos financeiros	0,5	0,2%	0,0	0,0%	-0,5	-99,9%
Passivos financeiros	0,0	0,0%	2,0	0,6%	2,0	
Outras despesas de capital	3,5	1,1%	1,1	0,3%	-2,4	-67,8%
Total	315,0	100,0%	328,5	100,0%	13,5	4,3%

Orçamento 2021 – Despesas de Pessoal

Mapa de Pessoal:

- 54 novos postos de trabalho
- 30 para reforço de pessoal não docente
- 9 para mobilidades intercarreiras
- 8 para projetos do Programa AIIA
- 3 para o Museu da Cidade
- 4 para serviços jurídicos, património e economia

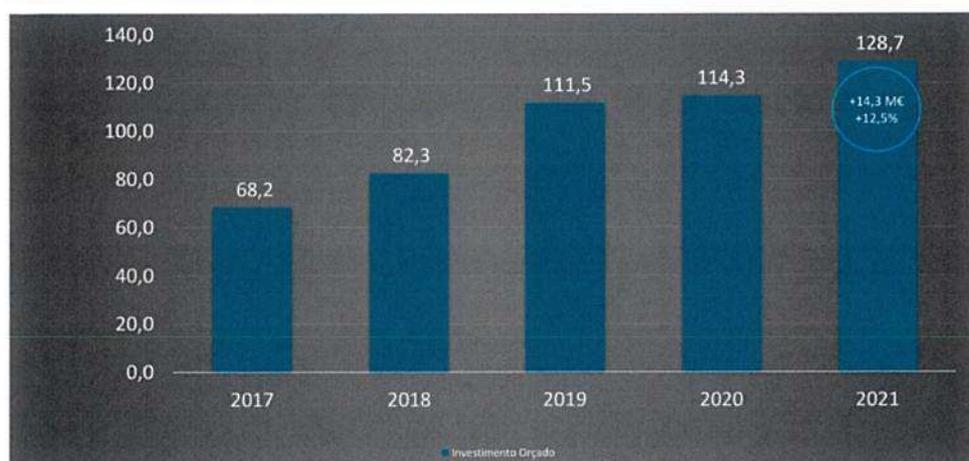
Orçamento 2021 – Despesa por objetivos

Objetivos	2020		2021		Variação #	Variação %
	Valor	%	Valor	%		
Coesão e Ação Social	34,4	10,9%	36,9	11,2%	2,5	7,2%
Economia e Desenvolvimento Social	20,2	6,4%	17,6	5,4%	-2,6	-13,0%
Inovação	4,3	1,4%	4,2	1,3%	-0,1	-3,3%
Cultura	15,4	4,9%	18,0	5,5%	2,6	16,5%
Urbanismo e Habitação	21,9	7,0%	22,8	7,0%	0,9	4,1%
Educação	15,7	5,0%	17,2	5,2%	1,5	9,5%
Juventude e Novas Gerações	0,2	0,1%	0,2	0,1%	0,0	-15,3%
Turismo	1,1	0,3%	3,5	1,1%	2,4	218,8%
Segurança	6,1	1,9%	5,8	1,8%	-0,3	-4,6%
Desporto e Animação	10,5	3,3%	13,1	4,0%	2,7	25,4%
Mobilidade	44,0	14,0%	49,3	15,0%	5,4	12,2%
Ambiente e Qualidade de Vida	20,4	6,5%	25,0	7,6%	4,6	22,6%
Governância da Câmara	120,8	38,4%	114,9	35,0%	-5,9	-4,9%
Total	315,0	100%	328,5	100,0%	13,5	4,3%

Orçamento 2021 – Despesa por objetivos

Objetivos	2020		2021		Variação #	Variação %
Coesão e Ação Social	34,4	10,9%	36,9	11,2%	2,5	7,2%
Cultura	15,4	4,9%	18,0	5,5%	2,6	16,5%
Educação	15,7	5,0%	17,2	5,2%	1,5	9,5%
Desporto e Animação	10,5	3,3%	13,1	4,0%	2,7	25,4%
Mobilidade	44,0	14,0%	49,3	15,0%	5,4	12,2%
Ambiente e Qualidade de Vida	20,4	6,5%	25,0	7,6%	4,6	22,6%
Governância da Câmara	120,8	38,4%	114,9	35,0%	-5,9	-4,9%
Total	315,0	100%	328,5	100,0%	13,5	4,3%

Orçamento 2021 – Investimento



Orçamento 2021 – Investimento por Objetivos

Un: MK

Objetivos	2020	2021	Variação €	Variação %
Coesão e Ação Social	23,0	24,4	1,4	6,1%
Economia e Desenvolvimento Social	18,0	15,4	-2,6	-14,4%
Inovação	1,5	1,5	0,0	0,0%
Cultura	2,3	5,1	2,8	121,7%
Urbanismo e Habitação	18,6	18,8	0,2	1,1%
Educação	9,2	11,7	2,5	27,2%
Segurança	1,2	0,9	-0,3	-25,0%
Desporto e Animação	2,9	4,4	1,5	51,7%
Mobilidade	25,0	31,2	6,2	24,8%
Ambiente e Qualidade de Vida	4,5	8,9	4,4	97,8%
Governância da Câmara	8,2	6,4	-1,8	-22,0%
Total	114,4	128,7	14,3	12,5%

Orçamento 2021 – Investimento por Objetivos

Un: MK

Objetivos	2020	2021	Variação €	Variação %
Coesão e Ação Social	23,0	24,4	1,4	6,1%
Cultura	2,3	5,1	2,8	121,7%
Educação	9,2	11,7	2,5	27,2%
Desporto e Animação	2,9	4,4	1,5	51,7%
Mobilidade	25,0	31,2	6,2	24,8%
Ambiente e Qualidade de Vida	4,5	8,9	4,4	97,8%
Total	114,4	128,7	14,3	12,5%

Orçamento 2021 – Investimento

Mercado do Bolhão

Escola Alexandre Herculano

Projeto Intermodal de Campanhã

Programa Rua Direita

Orçamento 2021 – Investimento

Cinema Batalha

Parque da Cidade Remate poente

Habitação Social (Reabilitação e Espaço Público)
1.º Direito (execução do acordo de colaboração)

Iluminação Pública com Tecnologia LED

Anexo III

Declaração de Voto Vereadora Ilda Figueiredo

Declaração de Voto da CDU

SOBRE a proposta de PLANO DE ATIVIDADES E ORÇAMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL DO PORTO PARA 2021

A proposta de plano de atividades e orçamento da Câmara Municipal do Porto é, no fundamental, de continuidade, elevando, até, os seus valores globais, o que serve de suporte à apresentação de propostas de investimento e outras que, mesmo sabendo que não se concretizarão em 2021, são uma antecipação do ano eleitoral que temos pela frente.

Dal que, perante a previsível quebra nas receitas correntes por causa da crise sanitária que se vive, o aumento da receita é conseguida através do recurso ao endividamento bancário e à futura inclusão do saldo de gerência de 2020 – que mantém, a semelhança dos anos anteriores, um valor muito elevado, dado o atraso na concretização de importantes obras.

A CDU considera que a situação em que a cidade se encontra e, em particular, a sua população mais desfavorecida, exige níveis de investimento extraordinários que ajudem a minimizar o impacto da crise sanitária.

No entanto, constata que embora haja investimentos em áreas sociais e em obras importantes para a resolução de problemas das populações (alguns dos quais resultantes de propostas que a CDU tem vindo a apresentar sistematicamente, apesar da maioria do presidente Rui Moreira o tentar escamotear), a proposta de orçamento para 2021 enferma de velhos problemas e não se manifesta à altura das necessidades que se colocam à cidade e aos seus moradores. Para isso também contribuiu o PS, dado que o vereador Manuel Pizarro anunciou a intenção de não rejeitar o orçamento mesmo antes de ser conhecido.

No orçamento existe um conjunto de investimentos que se “arrastam” de ano para ano sem serem executados, por manifesta incapacidade da maioria municipal – são os casos do programa Rua Direita (apresentado em 2018 e para estar concluído em 2021 e que tem vindo a sofrer atrasos anuais) ou de um conjunto de obras de requalificação das designadas “habitações do património”, espalhadas pela cidade, mas com particular incidência no seu centro; o atraso na recuperação de equipamentos e de valorização de espaços públicos. Esta incapacidade de execução, que se mantém apesar de irmos entrar no oitavo ano do mandato da atual maioria, é um dos traços mais negativos que caracteriza a atividade de Rui Moreira e dos seus vereadores e que, ao contrário do que procuram fazer crer, não se deve, apenas, às burocracias dos concursos públicos.

De igual modo, continua uma enorme carência em equipamentos básicos, designadamente nas áreas da cultura e do desporto; convívio e lazer para crianças, jovens e idosos e uma grande dificuldade de reabilitação de situações de degradação, designadamente espaços públicos de bairros municipais.

Por outro lado, continua a opção pela concessão de serviços (estacionamento, limpeza interna, cantinas escolares, etc.) propiciadores da mais selvagem precariedade do trabalho, a manutenção de discriminação no horário de trabalho de trabalhadores de empresas municipais

(a maioria com 35 horas como a CDU propôs e defende, mas noutras empresas ainda com 40 horas semanais). Também se mantém a aposta no Fundo do Aleixo (contra o qual a CDU sempre esteve), apesar dos sucessivos e inadmissíveis adiamentos na construção e entrega das habitações sociais, o que tanta falta faz à população do Porto.

A CDU vai continuar a pugnar - em diálogo permanente com a cidade, assente em visitas e reuniões - pela resolução dos problemas das populações apresentando propostas que, nalguns casos, têm feito o seu caminho de inclusão no plano e orçamento da Câmara Municipal, de que se destacam o reforço do apoio social às famílias e aos PME's, o apoio ao associativismo, a redução do IMI para moradores com casa própria e isenção para Associações de Moradores, a recuperação de espaços públicos e de equipamentos, a dinamização do desporto e da cultura, a realização de obras essenciais, designadamente recuperação de ruas, de bairros e habitações degradadas, de defesa do património, de construção de mais equipamentos coletivos culturais e desportivos.

Dai a abstenção na votação do plano e orçamento para 2021 do município do Porto.

Porto, 30 de novembro de 2020.

A vereadora da CDU



Ilda Figueiredo

Anexo IV

Declaração de Voto Vereador Álvaro Almeida

Declaração de voto: Reunião de 30/11/2020, Ponto 9

Aprovação da proposta do Orçamento do Município do Porto para 2021

O Orçamento para 2021 apresentado é um orçamento diferente dos orçamentos dos anos anteriores, e as diferenças vão no sentido que o PSD considera ser o correto para um orçamento que tem de responder aos novos desafios colocados pelos efeitos económicos e sociais da pandemia da COVID19.

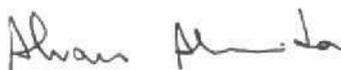
A primeira diferença é que a despesa corrente não aumenta, quando nos três orçamentos anteriores aumentou mais de 10% ao ano. A despesa mais estrutural, como as despesas com pessoal e a aquisição de bens e serviços, é mesmo reduzida em mais de 2%. A despesa corrente mantém-se excessivamente elevada, fruto dos aumentos dos anos anteriores, mas em 2021 a despesa corrente evolui no sentido correto, que é o de não agravar os encargos dos portuenses com a estrutura da CMP. A despesa total aumenta, mas apenas porque há um reforço do investimento, o que é a resposta adequada a uma crise económica, sobretudo quando o aumento incide sobre o investimento em arruamentos, parques e jardins, o que irá, se devidamente executado, contribuir para melhorar a qualidade de vida dos portuenses.

A segunda diferença é que a carga fiscal não aumenta. Há uma redução do IMI a suportar no caso de habitação própria e permanente do proprietário, e nesta época de quebra de rendimentos de muitos portuenses é essencial proporcionar um alívio das despesas fixas, onde o IMI se inclui (contrariamente ao IRS, que não é fixo e diminui com o rendimento). O PSD sempre defendeu que a carga fiscal e para-fiscal sobre os portuenses é excessiva, e por esse motivo apresentou um conjunto de propostas de redução dos encargos dos portuenses que incluía a redução do IMI para a taxa mínima. A redução do IMI considerada no orçamento é inferior à proposta do PSD, mas também no que respeita à carga fiscal o orçamento vai no sentido certo.

A terceira diferença é que este orçamento incorpora algumas das medidas propostas pelo PSD. Nem todas as propostas apresentadas pelo PSD foram consideradas, mas uma parte significativa das propostas consta do orçamento, o que demonstra que a proposta inicial foi alterada no sentido certo.

Este não é o orçamento do PSD: a despesa com a estrutura da CMP continua demasiado elevada, o que exige uma carga fiscal excessiva, os apoios extraordinários às empresas do Porto (nomeadamente da restauração) poderiam ser mais importantes. Mas os vícios deste orçamento resultam dos maus orçamentos anteriores, e o orçamento para 2021 começa a corrigir esses problemas. O orçamento para 2021 não é o orçamento que os portuenses mereciam, mas vai nessa direção, e por isso merece a abstenção do PSD.

Porto, 30 de novembro de 2020



Álvaro Almeida

Vereador do PSD